10º FEPEG FÓRUM ENSINO · PESQUISA EXTENSÃO · GESTÃO
RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
Realização: Unimontes, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Minas Gerais
Apoio: FAPEMIG, FADENOR
ISSN 1806-549 X

Autor(es): GLEDSON EDUARDO DE MIRANDA ASSIS

ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DO BRASIL – SOEBRAS

FACULDADE DE SAÚDE IBITURUNA – FASI

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO *VERSUS* ACONSELHAMENTO ESPIRITUAL: INTERFACES E SIMILARIDADES

GLEDSON EDUARDO DE MIRANDA ASSIS

LEONARDO AUGUSTO COUTO FINELLI

MONTES CLAROS – MG

2016

ISSN 1806-549 X

pressuposto de que, atualmente, a grande maioria dos problemas trazidos pelas pessoas ao aconselhamento espiritual é, na verdade, de ordem psicológica ou emocional, e não necessariamente religiosa ou espiritual. Considera, também, as diferenças existentes entre aconselhamento/orientação/direção espiritual e aconselhamento psicológico, a partir dos desencontros por vezes postos entre psicologia e religião/espiritualidade. Constata, ainda, a crescente busca pela formação em psicologia por parte dos líderes religiosos cristãos, no intuito de estes terem, com tal formação, maiores condições de ajudar as pessoas a se ajudarem, considerando a atual perspectiva do *counseling*. Abre-se um parênteses para considerar a importância da atitude de escuta, tanto num tipo de aconselhamento quanto no outro, na perspectiva da Logoterapia, que já havia sido indicada por Victor Frankl. Como embasamento teórico, sem deixar de lado o viés humanizante que é próprio do aconselhamento espiritual, utilizar-se-á – dentre os muitos recursos psicológicos dos quais podemos nos valer – os métodos diretivo e não-diretivo e os conceitos de empatia, congruência e consideração positiva incondicional, atitudes básicas na relação terapeuta-cliente segundo a terapia centrada na pessoa, de Carl Rogers. Ademais, contaremos, obviamente, com outros textos de outros autores que discutem as teorias dos principais autores propostos com os quais estaremos dialogando e a conveniência de sua aplicabilidade na prática do aconselhamento, uma vez que, no cerne, mesmo que timidamente, ambas as áreas do conhecimento sempre fizeram uso uma da outra. Toda essa reflexão ajudará numa melhor compreensão do tema proposto.

Palavras-chave: Aconselhamento psicológico. Aconselhamento espiritual. Técnicas terapêuticas. Escuta. *Counseling*.

ABSTRACT

This text aims to point interfaces and similarities between psychological counseling and spiritual counseling. Presume that, currently, most of the problems brought by people to spiritual counseling is, actually, psychological or emotional order, and not necessarily religious or spiritual. Also considers the differences existing between spiritual advice/guidance/direction and psychological couselling, from disagreements sometimes posts between psychology and religion/spirituality. Finds too the grownth search for degree in psychology by christians religious leaders, aiming better conditions to help people help themselves, considering the current counseling perspective. Open a parenthesis to consider the importance of listening-in behavior, in both cases of counseling, in perspective of Logotherapy which was indicated by Victor Frankl. As theoretical basis, without leaving aside the humanizing bias that is by spiritual counseling, will use – among the many psychological resources of we can avail ourselves – directive and non-directive methods, and the concepts of empathy, congruence and unconditional positive regard, basic attitudes in the therapist-client relationship in therapy centered on the person, of Carl Rogers. Moreover, will count, of course, with other texts of other authors who discuss the theories of the principal authors proposed with which we are dialoguing and convenience of their applicability in the practice of counseling, since, at the core, even timidly, both areas of

ISSN 1806-549 X

Key words: Psychological counseling. Spiritual counseling. Therapeutic techniques. Listening. Counseling.

INTRODUÇÃO

Hodiernamente a psicologia – em particular a psicoterapia e a psicanálise – tem ocupado grande espaço nas discussões referentes à formação daqueles que são ou serão formadores de consciência religiosa. Estes são também chamados de líderes religiosos ou conselheiros espirituais e/ou pastorais. Não há como negar que a citada discussão nos meios acadêmicos, e nos meios religiosos, nunca se tinha feito antes tão pertinente. Isso porque, após longo processo de desenvolvimento, a psicologia conseguiu chamar a atenção não só das ciências ligadas ao comportamento humano, mas também da teologia, especialmente no ramo que diz respeito especificamente ao aconselhamento espiritual.

Via de regra, o aconselhamento é visto como uma prática utilizada para ajudar as pessoas a enfrentarem as exigências contemporâneas de (re)conduzir e (re)construir a vida. As interlocuções presentes no aconselhamento visam ajudar as pessoas a desenvolver a habilidade de reflexão, o que pressupõe ajudar o aconselhando a colocar suas várias experiências sob diferentes perspectivas (MELGÃO, 2014).

Na prática, o aconselhamento se faz uma experiência de encontro, que se dá numa vivência de reciprocidade e de intersubjetividade (OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, não é possível ser psicólogo, ou líder religioso, sem a predisposição à relação com as pessoas e, consequentemente, sem a predisposição à escuta, que se faz atitude fundante na prática do aconselhamento, seja psicológico ou espiritual.

Segundo Pezzuto (2013), o objetivo da escuta é silenciar para que o outro desabafe, num mundo onde o silêncio é tão raro e a necessidade de se encontrar alguém com quem se possa conversar é tão grande. Assim, o indivíduo que recorre a alguém para ser escutado almeja livrar-se da carga emocional que o oprime, passando a ver com mais clareza a situação em que se encontra.

Nesse sentido, ressalta-se a relação de aconselhamento que, seja psicológica, seja religiosa, se predispõe a ajudar. Contudo, é bom lembrar que

ISSN 1806-549 X

aqui discutida, deve se dar como elemento (por exemplo, presença, conselho, bem material, recurso, etc.) que favoreça ao outro as condições necessárias para o seu desenvolvimento e, consequentemente, para a busca de sentido de sua vida (MORATO, 2001).

Assim sendo, tanto o aconselhamento psicológico/terapia quanto o aconselhamento espiritual podem ser classificados como relações de ajuda, uma vez que ambos estão imbuídos de um compromisso com o aprimoramento humano. Tanto um quanto outro têm características comuns: ambos são relações nascidas de um pedido de ajuda ou, noutras palavras, de uma queixa. Neste sentido, torna-se lícito considerar que técnicas já reconhecidas na literatura, quanto à sua eficiência/eficácia, da psicologia podem ser utilizadas no acompanhamento espiritual. Posta tal possibilidade de aproximação, faz-se pertinente lembrar que o conselheiro espiritual pode se valer da Psicologia (usando suas técnicas como ferramentas) sem que isso comprometa o crescimento espiritual daquele que dela faz uso (SANTOS, 2010).

No mundo ocidental, é inegável que a religiosidade sempre esteve presente na experiência humana (OLIVEIRA, 2010). Através dos séculos, sacerdotes, místicos, monges, anciãos e outros líderes espirituais sempre foram procurados em busca de orientação e aconselhamento (SOMMERS-FLANAGAN; SOMMERS-FLANAGAN, 2006). Contudo, vale ressaltar que, muitos deles – por falta de um conhecimento mais técnico científico ou mesmo por acharem seu saber assaz soberano – entendem que as questões humanas podem ser resolvidas apenas no âmbito espiritual, no exercício da fé, desconsiderando as outras dimensões humanas, como a pessoal, física, intelectual, moral, social, comunitária, familiar e, sobretudo, a psíquica.

Conforme diz Oliveira (2010, p. 8-9), “um líder religioso é alguém que cuida de pessoas. É aquele que na vivência de sua prática ocupa a função de prestar cuidados e dar orientações”. E deve fazer isso dando atenção, particularmente, ao âmbito espiritual do ser humano, sem negar que ele está inserido numa realidade cotidiana que inclui mais do que as práticas religiosas, e que enfrenta questões da vida que vão além das necessidades espirituais.

ISSN 1806-549 X

terapia, a direção espiritual também gera encontro. E o encontro de ambos os níveis ajudam o ser humano a sentir-se mais seguro para tomar as decisões necessárias no dia a dia de sua vida (SANTOS, 2010). Tal fato pode explicar o considerável número de acadêmicos que exercem algum tipo de liderança religiosa e que estão matriculados, atualmente, em cursos de Psicologia, ou já o concluíram.

Neste sentido, a presente pesquisa visa ajudar a todos os que trabalham a interface entre psicologia e religião/espiritualidade, tanto os líderes religiosos que sentem necessidade de buscar na área da psicologia formação que os auxilie no desenvolvimento de suas funções, quanto os psicólogos que se interessam pelo diálogo entre um e outro.

Ressalta-se que múltiplas são as circunstâncias que poderiam justificar a pertinência do presente estudo. Talvez a primeira delas seja a constatação de que hoje, mais do que nunca, considera-se a base teórica da psicologia como forte instrumento a favor do 'conselheiro cristão'. Contudo, Santos (2010) nos alerta que isso não faz com que tal conselheiro perca o seu compromisso com a fé. Ao contrário, a demanda daqueles que procuram o líder espiritual traz sempre consigo questões de crença, mormente na ordem da fé. Desse modo, o conhecimento do método psicoterápico é justamente o que permitirá ao conselheiro espiritual ouvir com clareza e interpretar coerentemente o significado das inquietações, angústias ou sofrimentos que lhe são relatados durante o atendimento pastoral (que alguns chamarão de atendimento/aconselhamento religioso, outros de aconselhamento espiritual).

Propõe-se, como objetivo desta pesquisa, identificar as interfaces existentes entre aconselhamento psicológico (por vezes nominado como terapia, ou mesmo logoterapia[1]) e aconselhamento espiritual (chamado também de aconselhamento religioso, pastoral, ou mesmo de poimênica[2]), de modo a compreender o exercício da escuta como chave fundamental no atendimento das

[1] Do grego, *logos* = palavra, verbo. A Logoterapia poderia ser entendida, basicamente, como a terapia baseada na fala (queixa, desabafo). Tal perspectiva foi mais explicitamente assumida por Viktor Frankl (1905-1997), mas traduzindo *logos* por "sentido", tendo sua terapia o objetivo de auxiliar os clientes a reencontrar o sentido de/para suas vidas, uma vez que estes sempre vinham à terapia em situações de perda deste sentido (AQUINO *et al.*, 2015; LUKAS, 2006).

[2] Do grego, *poimen* = pastor (no sentido de quem cuida). Desse modo, o verbete poimênica passou a ser utilizado para nomear o aconselhamento pastoral (também entendido como cuidado pastoral) e/ou espiritual (CLINIBELL, 2011; SCHIPANI, 2003).

ISSN 1806-549 X

desenvolvimento, além de apontar as convergências e divergências entre estas duas áreas de atuação do relacionamento humano/psíquico/espiritual.

MÉTODO

Para alcançar os objetivos da presente pesquisa dividiu-se o trabalho em três etapas. A primeira considera a definição e características do aconselhamento. Para tal, partiu-se do referencial de Scheeffer (1977; 1986) que foi complementado com literatura atualizada.

Em seguida, tomou-se a proposição do aconselhamento espiritual, conforme Clinebell (2011 [1984]). Essa obra é tomada como marco fundante na formação de padres, pastores e demais lideres espirituais cristãos para o aprendizado da técnica, além de ser tida como referência para outras obras escritas posteriormente.

Numa última etapa, realizou-se a revisão bibliográfica acerca do tema. Essa assumiu as seguintes etapas de análise, conforme a literatura: inicialmente, realizou-se a leitura na íntegra do material, que assumiu perspectiva de leitura exploratória, e identificou aspectos pertinentes à discussão proposta. Em seguida, foi realizada nova análise do material, a partir de uma perspectiva de leitura seletiva, onde considerou-se o atual estado da literatura, acresceu-se ou retiraram-se textos em reconhecimento de sua pertinência. Sequencialmente, realizou-se a leitura analítica do material triado, com a organização de fichamentos. Posteriormente, sistematizou-se o material de modo imparcial, decompondo-a em ideias chave hierarquizáveis[3], e recompondo-a com foco no essencial para atingir os objetivos dessa pesquisa. Por fim, realizou-se a leitura interpretativa de modo a tornar possível o diálogo entre as proposições dos autores, mediante o reconhecimento de congruências e contradições de seus discursos (GIL, 2002).

[3] Não pode-se deixar de dar a devida ênfase, no que se refere à hierarquia de ideias e conceitos, ao conceito da escuta, do qual muito nos valer-se-á, pois este se faz linha mestra para todo e qualquer aconselhamento (PEREIRA, 2013; PEZZUTO, 2013), partindo da linha logoterápica de Viktor Frankl. Far-se-á necessário, também, patentear os métodos diretivo e não diretivo, partindo de Carl Rogers, com o auxílio de Scheeffer e outros, uma vez que a compreensão daqueles adjutoram para uma melhor eficácia do processo de aconselhamento (MELGÃO, 2014; ROGERS, 2005 [1997]; SCHEEFFER, 1977).

ISSN 1806-549 X

próprio conselheiro espiritual, uma vez que essa é a chave que lhe desperta o interesse pela pesquisa do tema, e de indicações de pares que também estudam o campo. Nesse sentido, além dos autores propostos e com os quais dialogar-se-á, recorreu-se também aos trabalhos de: Hoch (1984); Giovanetti (1993); Feijó (2000); Lacerda e Larceda (2000); Jordão (2001); Danon (2003); Schipani (2003); Forghieri (2004); May (2004); Paiva (2005); Lukas (2006); Macedo, Fonseca e Holanda (2007); Aletti (2008); Amatuzzi (2008); Pereira (2009); Peres (2009); Oliveira (2010); Pessini (2010); Patrício, Sampaio, Videira e Crivela (2011); Pinto (2012); Cardoso (2012); Boff (2012); Pezzuto (2013); Pereira (2013); Melgão (2014); Oliveira e Aquino (2014); Aquino *et al.* (2015). Tais textos foram selecionados por conveniência, em função de sua pertinência ao tema e possibilidade de acesso direto.

Assim, o material foi organizado conforme os resultados que se seguem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 Conceituação e caracterização geral de aconselhamento

Por aconselhamento, em regra geral, entende-se, com o auxílio de Scheeffer (1977), uma relação interpessoal na qual o conselheiro assiste o indivíduo no máximo possível de sua necessidade (demanda/queixa) a se ajustar mais efetivamente a si próprio e ao seu ambiente. Nota-se, aqui, a preocupação em planejar o aconselhamento em termos de ajustamento do indivíduo na sua totalidade ao tipo de ambiente em que vive ou deve viver.

Scheeffer (1977) descreve, ainda, o aconselhamento como uma ajuda às pessoas normais para obter um nível mais elevado de ajustamento que se manifesta através de maturidade crescente, independência, integração pessoal e responsabilidade. Noutra definição,

> aconselhamento seria uma relação pessoal entre duas pessoas, na qual o conselheiro, mediante a relação estabelecida e a sua competência especial, proporciona uma situação de aprendizagem, na qual o sujeito, uma pessoa

ISSN 1806-549 X

problemas e atender às suas necessidades (SCHEEFFER, 1977, p. 13).

Destarte, podemos elencar ao aconselhamento as seguintes características[4]: 1) É uma relação entre duas pessoas; 2) Um dos participantes (o conselheiro/aconselhador) assumiu ou foi levado a assumir a responsabilidade de ajudar o outro participante; 3) O aconselhando[5] tem possíveis necessidades, problemas, bloqueios ou frustrações que deseja tentar satisfazer ou modificar; 4) O bem-estar do aconselhando constitui o interesse central da situação; 5) Ambos os participantes do processo de aconselhamento (aconselhador e aconselhando) desejam e estão interessados em tentar encontrar soluções para as dificuldades apresentadas (SCHEEFFER, 1997).

Posto isto, corroboramos Melgão (2014), quando este diz que o aconselhamento pode ser entendido como processo de escuta ativa, individualizado e centrado no cliente/paciente/penitente. Tal reflexão faz comportar, aqui, um parênteses para que se possa discorrer sobre essa ferramenta tão importante em todo e qualquer processo de aconselhamento, que é a capacidade da escuta, respaldada pela Logoterapia de Viktor Frankl – pertinentemente relacionada ao processo de escuta – e pelas três atitudes basilares apresentadas por Carl Rogers no processo terapêutico.

2 A escuta como atitude fundante: seiva do processo de aconselhamento

O serviço de escuta surge, desde a década de 1970, se consolidando na década de 1990 e sistematizando-se, na grande maioria dos lugares, a partir do ano 2000, por causa de uma necessidade que as pessoas tinham e têm de sentirem-se acolhidas em suas dores e ouvidas com respeito, atenção e sigilo (PEZZUTO, 2013). Assim, a necessidade de se desenvolver a escuta surge do desejo que as pessoas têm de sentirem-se ouvidas na sua totalidade. E isso será, imprescindivelmente, uma necessidade inerente e intrínseca a todo e qualquer

[4] Vale apontar aqui que as características ora apresentadas estão sendo ressaltadas por se fazerem comumente presentes tanto no aconselhamento psicológico quanto no aconselhamento espiritual.
[5] A figura do aconselhando, assim, será nominada, no caso do aconselhamento psicológico, como cliente/paciente; e no caso do aconselhamento espiritual, como fiel/penitente.

ISSN 1806-549 X

simpatia; b) compreender como se estivesse no lugar da pessoa; c) eventualmente dizer uma palavra que faça pensar.

Entende-se, pois, que a escuta implica mais o ouvir do que o falar. Na verdade, implica mais o silenciar-se do que o falar, a fim de poder ouvir o outro de modo melhor. Ademais, precisa-se considerar que alguma palavra que venha a ser dita, quando necessário, não deve ser uma palavra que dê solução ou conselho, mas sim que faça o aconselhando pensar.

No âmbito espiritual, mormente na prática cristã e, mais particularmente, católica, o serviço de escuta não pode nem deve confundir-se com uma confissão, embora esta seja também sigilosa. Muito menos deve levar o aconselhando a pensar que está numa sessão de terapia, uma vez que o simples ato de desabafar seja, em si mesmo, terapêutico. Até mesmo porque, em muitos casos, a pessoa só procura o serviço de escuta por uma única vez, sem necessitar de nenhum outro procedimento além da escuta, o que, de certo modo, é uma característica do serviço de escuta. Assim se reduzem bastante as possibilidades de se gerar dependência. Se for o caso, amiúde se requer o encaminhamento para a continuidade do processo de modo mais aprofundado (PEREIRA, 2013).

3 O contributo de Viktor Frankl: a Logoterapia

Segundo seu próprio precursor, Viktor Frankl (1992 *apud* AQUINO *et al.*, 2015), a logoterapia utiliza de uma postura dialógica, concebendo grande relevância na relação “eu-tu”. Obviamente isso não é possível sem a predisposição de escuta ao outro que deseja falar e que pode obter benefícios e perceber sanados seus males (queixas) através da fala, pelo simples fato de encontrar alguém que o escute, como já dito. Assim, a Logoterapia tem por intuito acessar os recursos saudáveis do paciente, explorando e ampliando o campo de possibilidades do ser-no-mundo – e, consequentemente, (re)descobrindo o sentido da vida –, o que facilita o processo de escolha e mudança do paciente.

Centrada no sentido da vida – que o cliente geralmente só expressa através da fala e, para isso, precisa de alguém que o escute – a Logoterapia se sustenta sobre três pilares, segundo Oliveira e Aquino (2014): a liberdade da

ISSN 1806-549 X

existenciais relacionados com a frustração da vontade de sentido da vida (AQUINO *et al.*, 2015).

Von Balthasar (1986 *apud* LUKAS, 2006, p. 16), renomado teólogo suíço, enaltece a psicoterapia, quando esta tem por objetivo ajudar o homem a desenvolver um projeto de sentido de sua existência e proporcionar-lhe coragem para realizá-lo. No concernente à Logoterapia, diz ele:

> (...) a palavra "logoterapia" (*logos*=sentido), com a qual Viktor E. Frankl denominou o seu método, parece-me muito feliz, no fundo indispensável para toda terapia que realmente queira ter sucesso, por maiores que sejam as diferenças entre os diversos métodos terapêuticos. Como não há sentido de vida sem a liberdade humana, a terapia não só deve contar com esta, mas levar o paciente a despertá-la e fortalece-la em si mesmo para que seja capaz de escolher as melhores de suas possibilidades. Isso significa que o terapeuta deve conhecer e abrir as dimensões da sabedoria e que o paciente deve, pelo menos em alguma medida, responder a elas. Esta sabedoria deve ser uma sabedoria pessoal, que se realize no diálogo.

Uma leitura superficial da obra de Viktor Frankl levou, por vezes, muitos a criticá-la e até mesmo refutá-la, de modo equívoco. Um dos maiores equívocos – pertinente à nossa reflexão – foi o de considerar a Logoterapia como uma expressão religiosa e não um saber científico. Isso decorre do fato de que a teoria adota como objeto de estudo o sentido da vida, tema compartilhado pelos sistemas filosóficos e teológicos (AQUINO *et al.*, 2015).

Contrapondo tal pensamento, Lukas (2006), discípula fiel de Frankl, defende que este focalizou sua Logoterapia claramente no ser humano, antes de mais. Frankl adota uma postura fenomenológica e científica, considerando que na sociedade atual há uma frustração da busca de sentido, discorrendo acerca da dinâmica do homem moderno na procura de um significado para a sua existência.

Aquino *et al.* (2015, p. 58) questiona: "Tendo a Logoterapia uma preocupação central com o sentido da vida, poderia essa ser uma psicoterapia de caráter religioso?". E responde:

> Quando Frankl (1992b) aborda a temática da religião e da religiosidade, apenas o faz considerando esse aspecto como mais um fenômeno humano e de um ponto de vista de um objeto de estudo, nunca como uma adesão a algum pensamento específico ou como um posicionamento. (...) Ademais, constata-se que Viktor Frankl não propõe e nem oferece qualquer tipo de espiritualidade para seus pacientes e, por conseguinte, não pretende

ISSN 1806-549 X

Para Frankl (2008), o ser humano não é destruído pelo sofrimento, mas pelo sofrimento sem sentido. Como enfrentar situações adversas de vida, sofrimentos "sem explicação", sem que percamos nossa identidade e valores, é uma arte que exige busca de sentido. Na verdade, a busca de sentido decorre da motivação primária do ser humano, a vontade de sentido, que se constitui como uma teoria de motivação. Em suas próprias palavras: "nós chamamos de vontade de sentido simplesmente aquilo que é tomado pelo sentimento de falta de sentido e vazio[6]" (FRANKL, 1991; *Apud:* AQUINO *et al.*, 2015, p. 58).

Pessini (2010) resume as principais contribuições de Viktor Frankl em duas, a saber: o aumento da consciência da dimensão espiritual da experiência humana e a importância central do sentido como força motriz ou instinto da psicologia humana. Segundo Lukas (2006) a proposta da Logoterapia é muito mais abrangente do que pode-se imaginar, pois se dirige tanto a pessoas sadias como a pessoas doentes, a jovens e velhos, a indivíduos nas mais diferentes situações de vida. Sua pretensão é simples: quer preparar o caminho para uma vida plena de sentido. Inclui aspectos filosóficos, médicos, pedagógicos, psicoterapêuticos, psiquiátricos, espirituais e outros.

Isto posto, pode-se aludir a outra contribuição importante neste processo, dada por Carl Rogers, como se verá a seguir.

4 O contributo de Carl Rogers: dois métodos e três atitudes

Como o aconselhamento tem sido aqui visto na perspectiva de uma relação de ajuda, podemos utilizar dos conhecimentos deixados por Carl Rogers (1997 [1981], p. 43), que diz se interessar por "toda espécie de relação na qual pelo menos uma das partes procura promover na outra o crescimento, o desenvolvimento, a maturidade, um melhor funcionamento e uma maior capacidade de enfrentar a vida". Ora, isso tem a ver com toda relação de ajuda, cujo objetivo é

[6] Faz-se pertinente considerar, no entanto, que o vazio existencial por si só não se constitui em uma patologia, mas em uma potencial patogenia, posto que se constitui tão somente de uma frustração da vontade (FRANKL, 1985 *apud* AQUINO *et al.*, 2015, p. 53). Destarte, a Logoterapia é uma psicoterapia específica, recomendada para as demandas dos pacientes.

ISSN 1806-549 X

ainda nos lembra que, quando uma pessoa é compreendida e aceita, ela abandona suas falsas defesas e avança construtivamente. Isso significa que, se é compreendida como sente e é, sem ser analisada ou julgada, pode desabrochar e crescer.

Aqui vale considerar dois métodos importantes no processo terapêutico, já apontados por Carl Rogers (2005) e assumido por outros autores. Trata-se dos métodos diretivo e não-diretivo. No primeiro, o psicólogo, desde o início, com muito tato, assume a direção do diálogo. Os psicólogos mais diretivos são mais ativos na situação de consulta. Scheeffer (1977) diz que, neste método, o orientador age como dirigente, seleciona os tópicos que serão discutidos, define os problemas, descobre as causas e sugere soluções ou planos de ação. E aponta as etapas do processo, a saber: *rapport*, obtenção do autoconhecimento, planos de ação, encaminhamento. A centralidade do processo é da responsabilidade do conselheiro.

Segundo Scheeffer (1977), a orientação diretiva ressalta a importância do diagnóstico dos problemas apresentados pelo orientando, partindo da ideia central de que o orientador é mais competente para determinar os objetivos a serem seguidos como resultado do aconselhamento. As técnicas usadas têm como finalidade levar o orientando a aceitar e por em prática esses objetivos.

Já a consulta de tipo não-diretivo é caracterizada pelo predomínio da atividade do cliente, que assume a maior parte da conversação sobre os seus problemas. As técnicas fundamentais do psicólogo são as que ajudam o cliente a reconhecer com maior clareza e a compreender os seus sentimentos, atitudes e padrões de conduta e as que encorajam o cliente a falar sobre eles (ROGERS, 2005). Segundo Scheeffer (1977), neste método o aconselhador não tem preocupação com um diagnóstico, como na orientação diretiva. No entender dela, a orientação não-diretiva representa uma reação contra essa centralização nos problemas e diagnósticos, pois se baseia no princípio de que, no aconselhamento, o orientando deve ser encarado como uma pessoa e não como um problema. Segundo afirmação de Rogers (1942 *apud* SCHEEFFER, 1977)

> Essa nova orientação se diferencia das outras principalmente em relação à sua finalidade. No aconselhamento não-dirigido o indivíduo, e não o problema, é focalizado. A finalidade não é resolver um determinado

ISSN 1806-549 X

No entender de Moreira (2010) o método não-diretivo parte dos conceitos que tem como base o impulso individual para o crescimento e para a saúde. Melgão (2014) lembra que tal método dá ênfase ao conteúdo emocional exprimido pelo cliente e não tanto ao conteúdo factual e intelectual. É centrado na pessoa e visa o crescimento pessoal e não apenas a solução de problemas.

Como características principais do aconselhamento não-dirigido, Scheeffer (1977) nos apresenta as seguintes: 1) aconselhamento não é mero fornecimento de conselho; 2) aconselhamento não visa apenas a solução de um problema imediato, mas operar modificações no indivíduo que o habilitem a tomar decisões no futuro, bem como resolver o problema atual; 3) aconselhamento se relaciona mais com atitudes do que com ações – ações são resultados de mudanças de atitudes; 4) aconselhamento lida mais com conteúdo emocional do que com o intelectual; 5) aconselhamento envolve uma relação.

Já no que se refere aos princípios básicos com respeito à atuação do aconselhador, a mesma autora nos aponta os seguintes, baseados na orientação rogeriana: 1) o orientador deve desenvolver, com o orientando, relação que revele calor afetivo, simpatia e cordialidade, a fim de estabelecer imediato *rapport*; 2) o orientador aceita o orientando como ele é na realidade; 3) o orientador estabelece um clima permissivo na sua relação com o orientando, a fim de que este possa expressar livremente suas vivências emocionais; 4) o orientador compreende essas vivências reveladas pelo orientando e expressa essa compreensão, refletindo-as e objetivando-as; 5) o orientador mantém profundo respeito e confiança nas possibilidades do orientando resolver seus problemas, desde que este tenha oportunidade para isso; 6) a responsabilidade das decisões pertence ao orientando, bem como das modalidades nas suas atitudes; 7) o orientador não pretende dirigir as ações ou a conversa do orientando. O orientando é que dirige e o orientador o segue (SCHEEFFER, 1977).

Ainda segundo Scheeffer (1977, p. 58-59),

[7] Nesta citação percebe-se bem uma justificativa para a definição do modelo de terapia adotado por Rogers e atribuído a ele: o modelo centrado na pessoa/cliente, e não no problema (transtorno).

ISSN 1806-549 X

Nesta perspectiva, chegamos ao relevante adjutório que presta à categoria da escuta as três atitudes consideradas por Rogers como sendo necessárias e, por vezes, até basilares para que o processo de escuta/terapia dos clientes tenha êxito. A primeira delas é a empatia, que se define, segundo Jordão (2001), ao citar Rogers, como capacidade de colocar-se no lugar do cliente. Tal como no caso da consideração positiva incondicional, os terapeutas centrados na pessoa não acreditam que seja possível um indivíduo conhecer e experimentar diretamente os sentimentos de outro indivíduo. Mas é preciso fazer o melhor possível para isso, seja entrando e sentindo-se em casa no mundo da percepção exclusiva do cliente, seja mostrando-se sensível às mudanças de significados e de emoções do cliente, seja vivendo temporariamente a vida do cliente, transitando por ela delicadamente, seja percebendo os significados mais profundos, sem ter a pretensão de descobrir sentimentos que estão muito distantes da consciência. Segundo Pezzuto (2013, p. 43) tal atitude é assaz relevante, pois colocar-se no lugar do outro faz evitar que se caia no erro de dizer coisas do tipo “no seu lugar eu faria tal coisa”.

A segunda atitude é a congruência, que se define, segundo Jordão (2001), como a coerência (veracidade/autenticidade) no que vai sendo dito no decorrer da entrevista/terapia/aconselhamento. Apesar da franqueza e da transparência do terapeuta centrado na pessoa, o principal objetivo de tal franqueza é transmitir informações potencialmente úteis aos clientes. Pezzuto (2013) complementa essa ideia, dizendo tratar-se da harmonia e concordância entre o que alguém pensa, verbaliza e realiza. Na congruência, segundo ela, ocorre a harmonia entre a natureza real e mais profunda e o agir.

A terceira atitude, enfim, é a consideração positiva incondicional, que é a aceitação incondicional da situação do cliente, sem julgamentos ou preconceitos. Muitos a consideram uma postura permissiva. Para Rogers, em termos reais, é difícil que os terapeutas sintam consideração positiva incondicional por alguns ou por todos os clientes. Mas é interessante que procurem senti-la (JORDÃO, 2001).

ISSN 1806-549 X

também questões morais e, sobretudo, a ética cristã (no caso do aconselhamento espiritual). Pezzuto (2013) nos apresenta algumas atitudes éticas fundamentais num atendimento: o sigilo, a discrição, o respeito, a responsabilidade e o encaminhamento, além, naturalmente, do não julgamento. Todas têm razões muito fortes para serem assumidas e colocadas em prática, uma vez que os conselheiros estão lidando com a vida das pessoas, com seu bem-estar.

5 Aconselhamento psicológico e aconselhamento espiritual: esclarecimentos

Segundo Melgão (2014), o aconselhamento psicológico configura-se como uma relação de ajuda, tratando-se de um processo de interação entre conselheiro e cliente, em que o primeiro procura ajudar o segundo a recuperar o seu equilíbrio existencial. Desse modo, o psicólogo que de dispõe ao serviço de aconselhamento deve possuir recursos e flexibilidade para propor diferentes alternativas de ajuda, incluindo formação, orientação, encaminhamento e psicoterapia.

Scheeffer (1986) nos alerta que aconselhamento não é o mesmo que psicoterapia, e apresenta algumas distinções dentre as técnicas de ambos: 1) no aconselhamento há menor ênfase na exploração do passado; 2) o aconselhamento focaliza mais os aspectos conscientes; 3) as sessões ocorrem menos frequentemente em aconselhamento, sendo o processo de menor duração do que o de psicoterapia.

O aconselhamento psicológico, então, pode ser definido como uma relação face-a-face de duas pessoas, na qual uma delas é ajudada a resolver dificuldades das mais diversas ordens (ou desordens) possíveis. Em geral, o aconselhamento psicológico visa facilitar uma adaptação mais satisfatória da pessoa à situação em que se encontra e aperfeiçoar os seus recursos pessoais em termos de autoconhecimento, autoajuda e autonomia. A finalidade principal é promover o bem-estar psicológico e a autonomia pessoal no confronto com as dificuldades e os problemas, bem como a mudança do comportamento da pessoa, constituindo-se como fundamental no processo de melhoria da qualidade em saúde psíquica, bem

ISSN 1806-549 X

Aconselhamento psicológico, ademais, envolve a construção de uma aliança entre o conselheiro e o cliente, na qual quem promove o aconselhamento disponibiliza tempo e liberdade para que o cliente explore os seus pensamentos e sentimentos, numa atmosfera de confiança, respeito e neutralidade. Assim, faz-se um processo que pressupõe a capacidade de estabelecer uma relação de confiança entre os interlocutores, visando o resgate de todos os recursos que o paciente possa vir a ter, a fim de que ele mesmo possa reconhecer-se como sujeito de sua própria transformação (MELGÃO, 2014).

Muito válido se faz considerar parte do elenco de procedimentos que Feijó (2000) aponta para o bom êxito do aconselhamento psicológico, como: 1) Manter-se próximo, permanecendo na situação de acompanhar aquele que está no obscurecimento do seu ser; 2) ser cuidadoso e paciente para chegar onde o cliente se encontra e começar por aí; 3) entendendo o que o cliente entende e a forma como entende. Se assim não for, a ajuda de nada lhe valerá; 4) assumindo uma atitude de humildade e colocando-se, deste modo, na relação; 5) assumindo a responsabilidade que o ofício exige; 6) utilizando metáforas, quando estas se fizerem necessárias; 7) dando maior atenção ao que o outro encontra mais prazer em contar sem assombro.

Antes disso, de outra parte, Giovanetti (1993) já havia apontado, para uma boa eficácia da relação terapêutica, a necessidade de: sedimentar a confiança, escutar sem reservas, tomar distância de si mesmo para poder entrar no mundo do outro, cultivar a humildade de não-saber tudo, além de levar o cliente à consciência de que muitas vezes necessitarão renunciar aos seus próprios projetos.

Em suma, os psicólogos, através do aconselhamento, têm a possibilidade de influenciar seus clientes em suas situações apresentadas, quer no sentido positivo, quer no negativo, o que constitui uma elevada responsabilidade social. Desta forma todo o seu trabalho tem um caráter profundamente humano e social, exigindo-lhe um domínio muito completo das questões éticas e técnicas que possam surgir na sua atividade de aconselhamento (MELGÃO, 2014).

Já o acompanhamento ou aconselhamento espiritual pode ser definido como aquela modalidade de aconselhamento que difere dos demais em função da modalidade de intervenção e por considerar um destinatário e um guia (ALETTI,

ISSN 1806-549 X

predominantemente frustrados e insatisfeitos, no sentido de recuperarem suas realizações de bem-estar" (FORGHIERI, 2004, p. 319).

Para Clinebell (2011), o aconselhamento espiritual possui uma ação reparadora, quando o crescimento das pessoas é afetado por dificuldades inerentes à sua própria vida, sobretudo perante dois tipos de crises: as vividas pelas pessoas ao longo da sua vida, em momentos de transição e de adaptação, e as vividas quando provocam tensões e perdas inesperadas. Em qualquer uma destas, o aconselhamento espiritual poderá possibilitar ao aconselhado um crescimento espiritual que o ajude a enfrentar a situação vivenciada.

De acordo com Melgão (2014), o conselheiro espiritual deve sempre ter presente que estará numa relação de ajuda ao outro (assim como no aconselhamento psicológico apresentado acima) e que as intervenções são determinadas pelas exigências e necessidades da pessoa que vem ao seu encontro. Para isso vale acolher com bondade, escutar com interesse, ampliar o campo perceptivo do outro, orientá-lo para a verdade e chegar a uma solução em conjunto com a pessoa aconselhada.

No entender de Clinebell (2011), o aconselhamento pastoral/espiritual torna-se eficaz na medida em que ajuda as pessoas a aumentar sua capacidade de relacionar-se de maneira que fomentem a integralidade nelas mesmas e nas outras pessoas. Na medida em que os indivíduos se tornam capazes de estabelecer relacionamentos crescentes e caracterizados por satisfação mútua das necessidades, começam a se fazer possíveis coisas ou situações que até então não se eram vislumbradas, tais como: capacidade de lidar mais construtivamente com sua carga de problemas, perdas e responsabilidades; capacidade de continuar a desenvolver uma personalidade única, centrada num relacionamento crescentemente significativo; aumento da capacidade de serem agentes de reconciliação e de integralidade em suas famílias e comunidades.

Para Schipani (2003), no aconselhamento pastoral o emergir humano é promovido de maneira especial por meio de uma forma distinta de caminhar com pessoas, famílias ou grupos diversos, no momento em que enfrentam desafios e dificuldades na vida. Assim, no seu entender, os aconselhadores devem ser

ISSN 1806-549 X

Por fim, mas não menos importante, Clinebell (2011) nos apresenta um elenco de aptidões essenciais que aconselhadores precisar aprender e ter consigo, a saber: 1) ter um comportamento atencioso e solícito, incluindo postura, olhar e expressão facial; 2) convidar a pessoa para falar sobre assuntos significativos de que tenha interesse, mas para os quais não consegue ter iniciativa; 3) ouvir e observar cuidadosamente mensagens não verbais; 4) Seguir a iniciativa da pessoa, evitando mudar de assunto, sobretudo nos encontros iniciais; 5) responder empaticamente; 6) buscar clarificação, resumindo os pontos principais do que a pessoa falou e percebendo até que ponto o conselheiro compreendeu o que eles significam para a pessoa; 7) explorar áreas significativas que a pessoa não abordou; 8) efetuar confrontação na medida em que for necessária e apropriada, no contexto de uma atitude que valorize e afirme a pessoa.

6 Discussão da literatura geral: psicologia e espiritualidade

Atualmente, as considerações acerca da psicologia parecem ter sido cada vez mais pensadas em espaços e tempos bastante distintos, particulares e singulares (ALETTI, 2008). Isso justifica a discussão da presente pesquisa sobre a relação entre o aconselhamento psicológico e a aconselhamento espiritual. Contudo, num primeiro aspecto, antes de nos determos nos pontos comuns existentes entre psicologia e espiritualidade, faz-se mister tornar patente a compreensão das diferenças entre os termos citados, bem como seus objetivos e suas particularidades.

Por psicologia entende-se, muito sucintamente, a ciência que estuda os processos mentais (sentimentos, pensamentos, razão) e o comportamento humano. E nesta consideração é importante lembrar que corpo e mente não são separados. Ademais, o objeto de estudo da psicologia são as personalidades ou comportamentos, sobretudo desviantes. Para Patrício, Sampaio, Videira e Crivela (2011, p. 1),

> cabe à psicologia estudar questões ligadas à personalidade, à aprendizagem, à motivação, à memória, à inteligência, ao funcionamento do sistema nervoso, e também à Comunicação Interpessoal, ao

ISSN 1806-549 X

Já a espiritualidade é compreendida como a "dimensão da pessoa humana que traduz, segundo diversas religiões e confissões religiosas, o modo de viver característico de um crente que busca alcançar a plenitude da sua relação com o Transcendente". É um estado de consciência, não condicionada pela mente (PATRÍCIO *et al*., 2011, p. 1).

Na relação existente entre espiritualidade e psicoterapia atribui-se à espiritualidade, sobretudo hoje em dia, uma função imprescindível na composição do que chamamos de saúde mental. Até mesmo porque a reflexão hodierna não considera mais somente o ser humano enquanto um ser bio-psico-social. Hoje, imprescindivelmente, considera-se o ser como sendo bio-psico-socio-espiritual, levando em conta o fato de que a dimensão espiritual tem influenciado fortemente o processo de recuperação ou mesmo cura de males psicossomáticos. Macedo, Fonseca e Holanda (2007, p. 214) nos dizem que "o aconselhamento religioso aparece como uma prática importante a ser considerada, dentro de um contexto de saúde mental".

7 Demandas de similaridades entre psicologia e religião/espiritualidade

De acordo com Peres (2009, p. 2), hoje em dia nota-se na literatura referente à saúde mental uma ênfase crescente do tema espiritualidade. Os principais domínios discutidos em psicoterapia de indivíduos americanos incluíram o trabalho, a família, os amigos e a sexualidade, conforme um estudo recente. Já religião e espiritualidade foram considerados temas de igual importância.

Também segundo Peres (2009, p. 4), "pesquisas que convergem a religiosidade e a espiritualidade à psicoterapia têm avançado nos últimos 25 anos". Contudo, faz-se pertinente distinguir psicologia da religião e psicologia da espiritualidade, reconhecendo a necessidade de ambas, mas também a conveniência de distinguir uma da outra. No dizer de Paiva (2005, p.11),

> Psicologia da religião continuaria um termo reservado para o estudo do objeto religioso definido culturalmente pela linguagem; psicologia da espiritualidade designaria a conexão com o universo, com o divino difuso no

ISSN 1806-549 X

determinações concretas da situação.

Pode-se considerar, aqui, que a chamada e já relativamente conhecida Psicologia da Religião, segundo Hock (2010 *apud* OLIVEIRA; AQUINO, 2014) dedica-se à relação entre o indivíduo e a religião, partindo da constatação de que a religião tem seu lugar na experiência individual dos seres humanos. Tem como objetivo concreto inventariar os comportamentos religiosos, explorar as diferenças significativas, compreender as relações com outros fenômenos humanos, conhecer as estruturas internas das experiências e dos comportamentos religiosos, discernir entre a atitude religiosa aparente e autêntica e formular hipóteses compreensivas da dimensão religiosa humana.

Vale (2005 *apud* OLIVEIRA; AQUINO, 2014) nos ajuda a compreender que religião e espiritualidade são conceitos distintos. Religião e religiosidade são dois conceitos antigos em Psicologia da Religião. Religiosidade pode ser compreendida como forma de uma resposta apreendida na convivência socializada, por meio de múltiplas mediações, sejam costumes, valores, normas, crenças, papéis, rituais, mitos, símbolos percebidos individualmente, mas em relações sociais.

O termo espiritualidade já é mais recente, e vem sendo definida em contraste com a religião da seguinte forma: a religião compreende o organizacional, o ritual e o ideológico; e a espiritualidade, por sua vez, compreende o pessoal, o afetivo, o experiencial. Enquanto a religião inibe a potencialidade humana, a espiritualidade é busca de sentido, de unidade, de conexão e de transcendência (PARGAMENT, 1999 *apud* OLIVEIRA; AQUINO, 2014).

Posto isto, no contexto hodierno de mudanças identitárias significativas, consideramos a inserção do aconselhamento psicológico (ou terapêutico) que, de acordo com Forghieri (2007, p. 125-126), “pretende ajudar pessoas que se encontram aflitas e agitadas, ou tristes e desanimadas, a recuperarem, de modo relativamente rápido, a chama de seu existir, a luz que volte a iluminar a caminhada de sua existência”.

Entretanto, vale lembrar que o auxílio terapêutico não se propõe a curar psicopatologias, uma vez que elas fazem parte da vida de todo ser humano, até

ISSN 1806-549 X

pretende atingir, mais diretamente, os aspectos saudáveis das pessoas, considerando tanto as que fazem quanto as que não fazem parte das vidas dos indivíduos.

Dadas estas considerações, pode-se perceber as semelhanças, mas, ao mesmo tempo, as distinções existentes entre o conselheiro psicológico e o espiritual. É bom lembrar que não há separação entre os mesmos, pois, em seu existir, ambos possuem semelhanças básicas que os identificam de algum modo. Na verdade, esses dois profissionais devem fazer-se – cada qual a seu modo e dentro de suas próprias possibilidades – companheiros na difícil jornada da existência, ora com alegrias e contentamentos, ora com tristezas e frustrações. As situações nas quais cada um experimenta tais sentimentos podem ser diferentes, mas as vivências geralmente são semelhantes (AMATUZZI, 2008).

Hoch (1984), refere-se a um artigo de Carl G. Jung sobre a relação entre a psicanálise e a poimênica – considerando que Jung era filho de pastor evangélico. Segundo ele, para Jung, a atividade psicoterapêutica e a poimênica não se excluem, mas se complementam mutuamente. De uma forma um tanto simplista, ele se fundamenta isso com o argumento de que do psicoterapeuta se espera ajuda médica, enquanto que do pastor ou do padre se espera ajuda religiosa.

Lacerda e Larceda (2000) indicam algumas semelhanças existentes entre o acompanhamento espiritual e a psicoterapia: a observação do todo da pessoa (do sujeito); o privilégio (estar à disposição do outro para acolher sua partilha); a transferência e a contratransferência[8] (fenômenos que ocorrem em todo

[8] Por *Transferência* entende-se tudo aquilo que acontece no sujeito durante o processo, seja terapêutico, seja de acompanhamento, que faz com que sujeito (aconselhando) transfira para o acompanhante (conselheiro) seus componentes pulsionais: sentimentos, afetos, colocando em ato suas disposições internas junto à figura do psicoterapeuta/analista/conselheiro/líder religioso. Quando o sujeito que busca o conselho passa a se interessar por tudo que se relaciona com a figura do conselheiro, atribuindo a isso por vezes maior importância do que a que demonstra por suas próprias questões, parecendo se desviar de suas próprias queixas, temos aí uma relação transferencial (SANTOS, 1994). Já a *Contratransferência* seria a reação do analista/conselheiro provocada pela transferência do paciente e, como tal, algo a ser superado ou ultrapassado para que o analista volte a trabalhar em condições adequadas. Dá-se por vezes no nível inconsciente, como reação correspondente manifestada no acompanhante ou mesmo no terapeuta. Segundo Heimann (1995 *apud* LOPES, 2011), a contratransferência seria o conjunto de sentimentos do terapeuta em relação ao paciente. Destaca que a reação emocional do terapeuta às projeções do paciente é um instrumento a ser compreendido pelo terapeuta e que, para ser utilizado, o terapeuta deve ser capaz de controlar os sentimentos que nele foram despertados, ao invés de, como faz o paciente, descarregá-los.

ISSN 1806-549 X

autonomia. May (2004) acrescenta a necessidade da empatia, sem a qual é impossível um processo de abertura. Lacerda e Lacerda (2000) registram também que as diferenças existentes entre o psicólogo e o conselheiro espiritual se dão no nível dos objetivos, do treinamento e do processo.

Com frequência é dito que a busca pela espiritualidade, tão presente nos dias de hoje, é mérito das exigências da vida moderna que, diante de tantas solicitações, distancia o homem de si mesmo. De certa forma, isto é verdadeiro. Mas, por outro lado, a busca e rituais ao Sagrado sempre estiveram presentes no homem nas diferentes épocas e culturas. Talvez o que se observe mais no presente é um interesse da ciência em discutir os temas 'espiritualidade' e 'religiosidade', atitude até então incomum, já que a própria ciência havia estabelecido um distanciamento e que, agora, parece manifestar um 'retorno às fontes' (PEREIRA, 2009).

8 O *Counseling* moderno

Os tempos hodiernos trazem consigo, também, novas realidades, até então desconsideradas, ou mesmo não antes tomadas pela reflexão humana. Também na linha do aconselhamento pastoral não é diferente. Na década de 1970, por exemplo, surgiu o conceito de *counseling* que, no dizer de Danon (2003, p. 35), pode ser definido como:

> a condução de colóquios que envolvem temas pessoais privados e emotivamente significativos para o interlocutor, em que ele é "ajudado a ajudar-se", a administrar os seus próprios problemas utilizando os próprios recursos sem depender de interpretação, conselhos ou direcionamentos fornecidos por outro, por mais "esperto" que possa ser.

O *counseling* tem, então, como principal finalidade, 'ajudar o outro a ajudar-se', e traz consigo um conjunto de habilidades, atitudes e técnicas que lhe são próprios (DANON, 2003).

No *counseling*, evidentemente, faz-se necessário um processo de empatia entre conselheiro (ou *counselor*) e aconselhado. Demanda-se capacidade daquele em escutar e acolher bem, saber falar e saber calar-se nos momentos

ISSN 1806-549 X

No que se refere ao *counseling* propriamente pastoral, considera-se que, frequentemente, as comunidades religiosas são referências para pessoas que sofrem e, em seus sofrimentos, estão bastante imbuídos de problemas ligados à falta de equilíbrio psicológico. Por isso faz-se pertinente considerar que os pedidos de ajuda, ou mesmo de 'socorro', provenientes dos indivíduos nem sempre conseguem ser sanados ou, pelo menos, reconfortados, somente com a boa vontade ou a intuição do *counselor* enquanto profissional de escuta. Isso revela a real, e urgente, necessidade de uma formação mais profunda, em nível teórico, científico e profissional para esses que assumem tal função (DANON, 2003).

É fato ser impossível dar ao outro aquilo que não se tem. Do mesmo modo que ninguém pode ensinar aquilo que não sabe, ou mesmo orientar aquilo de que não se tem conhecimento de causa. Assim, pode-se perceber que as técnicas terapêuticas podem ser – e, de fato, o são – úteis para os que estão sendo formados para tornarem-se conselheiros espirituais e/ou pastorais (MACEDO; FONSECA; HOLANDA, 2007). A partir disso o conselheiro se tornará, ou não, um bom orientador de consciências e, consequentemente, direcionador de caminhos, propostas e alternativas. O uso das adequadas técnicas terapêuticas a ele acessíveis, ante as queixas apresentadas pelos aconselhados que a ele recorrem, promoverão um reconhecimento de melhor, ou não tão bom, conselheiro.

Levando em conta a pessoa do líder religioso, entendido como alguém que cuida de pessoas, é preciso considerar que "as angústias, demandas e inquietações das pessoas que lhe procuram, não raras vezes, vão muito além de suas necessidades de respostas meramente espirituais" (OLIVEIRA, 2010, p. 8). Daí a necessidade de um processo que, no meio religioso, se entende por 'formação permanente' e que, evidentemente, ultrapassa os âmbitos do meramente religioso. Através de tal formação, inclusive, o conselheiro espiritual pode desmistificar um pouco o próprio direcionamento espiritual, sobretudo quando a principal demanda do aconselhando não se vê direcionada para este foco (HOCH, 1984).

Nesse ínterim, considera-se o fato de que cada vez mais os líderes religiosos são procurados e tem diante de si problemas expostos que não estão mais somente nos anais do âmbito religioso. Tais contemplam também demandas dos campos: físico, psíquico, biológico, social, dentre outros. Pezzuto (2013)

ISSN 1806-549 X

desemprego, desejo de se libertar das drogas, da bebida, solidão, doença na família, falta de perspectiva, violência doméstica, *bullying*, assédio moral/sexual, dentre outros. Melgão (2014) ainda acrescenta a falta de autoestima e sentimentos de rejeição, além de solidão e depressão. Por isso o conselheiro deve estar sempre disponível para escutar a pessoa que precisa de ajuda, consciente de que nunca sabe ao certo com que tipo de acontecimentos poderá se deparar.

Tentar acolher e responder a toda essa miríade de demandas, muitas vezes, leva os conselheiros religiosos a criarem em si, também, muitos dramas de consciência. Isso porque nem sempre se reconhecem capazes de ajudar as outras pessoas que vêm ao seu encontro. Noutros casos, tais demandas que perpassam o potencial reconhecido se fazem chave para que os conselheiros religiosos tomem consciência de que devem se preparar melhor para tal desafio. Seja pelo embasamento teórico, seja pela utilização do recurso da própria terapia (PINTO, 2012).

9 Por que aconselhamento espiritual?

Faz-se pertinente, aqui, o levantamento da seguinte questão: por que tais líderes religiosos são consideravelmente procurados para orientar assuntos destas mais diversas questões? Muito já se refletiu sobre isso (CLINEBELL, 2011; MELGÃO, 2014; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA, 2009), e mesmo com as diversas conclusões indicadas, é possível encontrar algumas respostas para tais questões.

Além das várias questões de ordem psíquica trazidas no aconselhamento religioso/espiritual, como já citado, tem-se que o conselheiro espiritual é, muitas vezes, considerado como o “psicólogo do pobre” sobretudo pelos de percepção e/ou classe social mais simples. Consequentemente, o espaço de atendimento daquele passa a ser considerado o espaço propício a este.

Outro ponto importante a se considerar é que o líder religioso é, via de regra, mormente no contexto brasileiro, mais aceito na própria sociedade que a figura do psicólogo. Para o aconselhando, ainda parece mais confortável ao paciente dizer que vai ao seu líder espiritual para buscar ajuda do que dizer que vai ao psicólogo (muitas vezes, até hoje, por receio de que as pessoas o conjecturem com

ISSN 1806-549 X

Outra realidade a ser considerada é a busca crescente, sobretudo hoje em dia, dos próprios líderes religiosos pelo auxílio psicológico, ou psicoterápico. A 'absorção', mesmo que inconsciente/involuntária, de muitos dos problemas trazidos pelos que procuram ser aconselhados, sobretudo quando muito impactantes, pode gerar desconforto, ou mesmo conflito interior, na vida daquele que aconselha. Esses vão para além daqueles próprios problemas pessoais do cotidiano dessas pessoas que também estão inseridas no contexto social (PINTO, 2012).

Indubitavelmente, nesta perspectiva pode-se dizer que, tal como os líderes religiosos, também os psicólogos precisam do auxílio da terapia para lidar com as mais diversas situações trazidas no aconselhamento psicológico. Na obra "O cuidado necessário", Boff (2012) diz que é preciso, primeiro, cuidar da própria psique, para depois se pensar em cuidar da psique dos outros. E referindo-se ao homem-psique como objeto de especial cuidado, apresenta algumas indicações importantes, como a acolhida da condição humana (sem julgamentos ou moralizações), a construção da síntese pessoal (que é a busca do equilíbrio), o cuidado como precaução contra as ciladas da vida, e o cuidado como precaução pela sanidade social.

Decerto, as chamadas 'pessoas de vida consagrada' tem se tornado cada dia mais 'matéria populacional' para a psicoterapia, mas o trabalho com essa categoria de pessoas ainda exige muita pesquisa e teorização (PINTO, 2012). Para ilustrar tal demanda, recente reportagem da revista "Isto é" deixou patente a recorrência de sacerdotes à terapia, ou a clínicas especializadas, para tratar males como depressão, alcoolismo e estresse. Tais clientes indicavam como causas principais de seus respectivos acometimentos, os relacionamentos interpessoais, a vida solitária (celibato), a insegurança quanto ao futuro e a sobrecarga de trabalho (CARDOSO, 2012, p. 86-87). Reconhece-se que o assunto não se esgota, mas faz-se necessária sua limitação, em prol de se discutir demais aspectos.

10 Psicologia e religião: dos desencontros à recíproca utilização

É fato que existem desencontros entre religião e psicologia. Em alguns casos, há até atitudes de rejeição de uma para com a outra. Contudo, apesar disso

ISSN 1806-549 X

observar é que tipo de uso tais líderes estão fazendo de seus cursos e especializações (OLIVEIRA, 2010). É possível, sobretudo quando o psicólogo é também um conselheiro espiritual, que o paciente tenda a confundir as perspectivas. Nesse sentido, cabe ao conselheiro orientar para que isso não aconteça.

Destarte, faz-se mister o aprofundamento dos conteúdos e métodos psicológicos por parte dos líderes religiosos (conselheiros, orientadores, direcionadores) para que melhor possam efetivar seu compromisso com o auxílio mútuo. Isso porque é possível crer que muitos deles revelam certo despreparo para atender apropriadamente as pessoas quando estas buscam orientações para outros aspectos de suas vidas que não os propriamente espirituais (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Schipani (2003), aconselhadores pastorais devem fazer uso da linguagem da psicopatologia, da saúde mental ou da auto-ajuda emocional; contam com as ferramentas diagnósticas regulares e podem aplicar o modelo da psicoterapia profissional à sua prática. Mas não teriam como aplicar nada disso se não conhecerem, de fato e de direito, tais linguagens. É bom lembrar, como já anteriormente, que mesmo conhecendo tudo isso, o aconselhamento terá sempre suas diversificações em vistas da psicoterapia. Noutras palavras, ambas não se coincidem, embora tenham muitos pontos de convergência.

É patente que se tem na psicologia mais um recurso a favor tanto do conselheiro pastoral – que não deve ter medo de psicologizar pastoralmente – quanto do aconselhando – que, por sua vez, mesmo recorrendo ao auxílio das técnicas terapêuticas da psicologia, não deve perder de vista a perspectiva de fé que traz consigo. E, apesar da ciência psicológica não ter foco na pesquisa da fé em si, questões referentes à fé, que surgem durante o aconselhamento pastoral, devem ser entendidas como o exercício de um comportamento que vê na crença a solução para o mal-estar vivido pelo aconselhando (SANTOS, 2010).

Não obstante, como já citado, cabe ao conselheiro espiritual, em especial àquele que tem formação paralela em psicologia, diferenciar demandas. O processo diagnóstico de reconhecer aquela demanda de ordem espiritual deve também diferenciá-la da demanda laica. Isso porque não é incomum que o acometido de transtornos mentais atribua seu sofrimento psíquico à dimensão da religiosidade. Outrossim, diversas outras demandas, de ordem biológica, social, etc. também

ISSN 1806-549 X

Nisso pode-se ressaltar que o contrário também vale, isto é, o psicólogo (ou qualquer outro profissional na área da saúde – mental ou não) também pode valer-se dos recursos da fé no exercício de seu atendimento clínico. Já temos, hoje em dia, estudos que apontam para a existência do psicólogo da religião. Segundo Vale (2005 *apud* OLIVEIRA; AQUINO, 2014), cabe a este sondar as motivações, os sentimentos, os desejos, as compreensões e as atitudes expressos nos comportamentos religiosos, uma vez que ele estuda como e por que o ser humano se religa ao sagrado, como sua realidade espiritual se representa e se expressa nos limites de um determinado espaço e tempo.

Entende-se também que, como geralmente pessoas desestabilizadas psicologicamente apresentam dificuldade de expressar sua vivência espiritual, estas, muitas vezes, ao buscar a terapia, colhem os frutos de sua benesse, fortalecendo-se também na dimensão espiritual. Aliás, tem-se cada dia mais comprovada a assertiva de que a fé pode mesmo ajudar na cura de males, sejam eles psicológicos ou até mesmo físicos. Constatadamente, em muitos casos a porcentagem dos que conseguem a sanação de seus males é maior quando os ‘pacientes’ trazem consigo alguma crença ou participam na vida de alguma comunidade religiosa/espiritual (PAIVA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final destas reflexões e confrontos com os autores citados em questão, podemos ousar tecer algumas ideias conclusivas, na certeza de estarmos caminhando por tema vasto de um terreno longínquo, que não temos a pretensão de exaurir em poucas laudas.

Considera-se que, sendo o trabalho psicológico tido como importante ferramenta para o trabalho espiritual, podemos pensar que tentar escapar do primeiro é, na realidade, tentar fugir do segundo. Decerto, não há nenhum tipo de problema no fato de que o trabalho psicológico e o espiritual aconteçam de forma paralela, um auxiliando o outro. Na verdade, o que percebemos, ante o emaranhado de textos e autores, é que desde sempre o aconselhamento pastoral teve características do aconselhamento psicológico e vice-versa. Sathler-Rosa (2013),

ISSN 1806-549 X

pessoas que procuram o aconselhamento psicológico querem, à mesma proporção das que procuram o aconselhamento espiritual, a cura de seus males (angústias/queixas) e serem guiados ante suas desorientações (recuperar o sentido de suas vidas).

Mas como essa complementação se dá na prática? É preciso apenas, para isso, que ambos os profissionais das respectivas áreas saibam diferenciar bem o que não se conjuga entre ambos e fazer as devidas associações ou assimilações que podem ser feitos entre os mesmos. Quando isso não acontece, seja por falta de conhecimento embasado ou mesmo por falta de maturidade, temos o vaticínio de possíveis dificuldades vindouras.

Schipani (2003) aponta que um dos problemas enfrentados por ele e apontado como sendo uma das razões do seu livro consistiu na sensação de incompetência por parte de muitos conselheiros pastorais/espirituais face à especialização clínica do aconselhamento pastoral e sua certificação profissional. Daí a necessidade de líderes religiosos buscarem o embasamento teórico, também, e sobretudo, da psicologia.

Já no que tange à figura do aconselhador, May (2004) nos ajuda a compreender que este deve ter as seguintes qualidades que, aliás, no seu ponto de vista, são óbvias e, mesmo não sendo inatas, podem e devem ser adquiridas: simpatia, capacidade de manter-se à vontade na companhia de outras pessoas, capacidade de ter empatia e outras características igualmente plenas de sentido.

É certo que o aconselhamento visa ajudar as pessoas a exercitar e desenvolver aptidões potenciais de enfrentamento. Desta forma, tais pessoas geralmente ganham força, competência, estima e esperança para enfrentar crises futuras (CLINEBELL, 2011). E para isso a escuta se faz fundamental, independente se trata-se de um aconselhamento psicológico ou espiritual, ou se é utilizado o método diretivo ou não-diretivo.

À guisa de ilustração, pensemos num ato qualquer praticado por alguém que gere nele mesmo algum tipo de incômodo. Poderá ele recorrer ao psicólogo (no caso de confusão ou perda de sentido) ou ao líder religioso (no caso de um sentimento de culpa ou também de perda de sentido). No caso da procura pelo psicólogo, geralmente o método usado é o não-diretivo, porque auxiliará o paciente

ISSN 1806-549 X

geralmente o diretivo, pela busca de uma resposta imediata (via de regra, uma absolvição de suas faltas), que é discernida pelo profissional. Mas isso não quer dizer que o contrário não possa acontecer, isto é, o aconselhamento psicológico usar o método diretivo e o aconselhamento espiritual usar o método não-diretivo. Para isso, os profissionais de ambas as áreas devem saber discernir o melhor encaminhamento a partir da demanda apresentada pelo cliente/penitente, o que só é possível quando um tem conhecimento das técnicas pertinentes ao outro e, a partir daí, sabe identificar as diferenças e semelhanças existentes entre um e outro.

Numa perspectiva mais psicanalítica, poderíamos ilustrar dizendo que, frente ao ato do qual o cliente/paciente se queixa, há perda/confusão/culpa e disso há demanda de acolhimento pela autoridade (figura paterna), que pode ser o suposto saber clínico (representada pelo conselheiro psicológico) ou Deus (no sentido do conforto sobrenatural, geralmente oferecido pelo conselheiro espiritual). A partir disso há o direcionamento (diretivo) ou o auxílio para encontrar seu caminho (não-diretivo), considerando o mundo do paciente/penitente (o que ele acredita) e como este o ordena para si mesmo (como o percebe/vê/enfrenta).

Mas é preciso deixar claro, como asseveramos, que o serviço de escuta não oferece receitas ou soluções prontas para as dificuldades trazidas pelos aconselhandos. Contudo, o simples fato de o conselheiro se silenciar para que o outro desabafe, tome fôlego e veja com mais clareza a situação em que se encontra, tem proporcionado em muitos casos o bem necessário para transformar aquele momento crítico em recomeço (PEZZUTO, 2013).

Pelo que argumentamos, a escuta deve ser precedida, necessariamente, pelo acolhimento e sustentada pela atenção ao que o outro diz, atitude que deve acompanhar o processo do aconselhamento até o fim da fala que o sujeito almeja, anseia e necessita ter, como forma de desabafo de suas angústias. Considerando a escuta no nível do serviço, constatamos que seu objetivo se cumpre quando auxilia as pessoas que se encontram sozinhas ou com dificuldade de encontrar pessoas que as ouçam, ou que estejam sobrecarregadas pelas tensões e preocupações que se acumulam no dia a dia de suas vidas (PEREIRA, 2013).

Os métodos diretivo e não-diretivo e os conceitos de empatia, congruência e consideração positiva incondicional – referentes à terapia centrada na

ISSN 1806-549 X

Logoterapia de Viktor Frankl, permitirá o surgimento do diálogo com suas características mais peculiares.

Em termos conclusivos (que, na verdade, nunca se concluem totalmente, haja vista serem sempre temas propícios à discussão e, por vezes, considerados até geradores de polêmica quando discutidos conjuntamente, como é o caso), julgamos pertinente corroborar a reflexão de Macedo, Fonseca e Holanda (2007, p. 214) que sugere, para pesquisas futuras, "a comparação da literatura de aconselhamento com a prática que vem sendo exercida e a comparação da atuação interreligiosa, ou seja, entre membros de uma mesma religião". Ademais, faz-se mister um conhecimento maior sobre a distinção entre quadros psicopatológicos e fenômenos espirituais, tanto na ótica religiosa quanto na psicológica.

REFERÊNCIAS

ALETTI, Mario. Atendimento psicológico e direção espiritual: semelhanças, diferenças, integrações e... confusões. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 24, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script= sci_arttext&pid=S0102-37722008000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2012.

AMATUZZI, Mauro Martins. Experiência Religiosa, Psicoterapia e Orientação Espiritual. In: SAVIO, Adriana *et al*. **Religiosidade e Psicoterapia.** São Paulo: Roca, 2008.

AQUINO, Thiago Antônio Avellar *et al*. Logoterapia no contexto da psicologia: reflexões acerca da análise existencial de Viktor Frankl como uma modalidade de psicoterapia. **Logos & Existência: Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial,** v. 1, n. 4, p. 45-65, 2015. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/le/article/view/22840>. Acesso em: 15 set. 2015.

BOFF, Leonardo. **O cuidado necessário:** na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARDOSO, Rodrigo. Padres no divã. **Revista "Isto é"**, n. 2213, ano 36, 11. abr. 2012.

CLINEBELL, Howard John. **Aconselhamento pastoral:** modelo centrado em libertação e crescimento. 5. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2011.

ISSN 1806-549 X

FEIJO, Ana Maria Lopez Calvo de. **A escuta e a fala em psicoterapia:** Uma proposta fenomenológico-existencial. São Paulo: Vetor, 2000.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. **Psicologia Fenomenológica.** São Paulo: Pioneira, 2004.

_____. O aconselhamento terapêutico na atualidade. **Revista Abordagem Gestalt**, Goiânia, v. 13, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2012.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido.** 26 ed. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Sinodal, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIONANETTI, José Paulo. O encontro na perspectiva terapêutica existencial. **Cadernos de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 31-34, jun. 1993. Disponível em: <http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/pt/psi-128>. Acesso em: 05 out. 2015.

HOCH, Lothar Carlos. Psicologia a serviço da libertação: possibilidades e limites da psicologia na pastoral de aconselhamento. **Palestra proferida na Faculdade de Teologia**, São Leopoldo, RS, em 03 out. 1984. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1254/1209>. Acesso em: 15 set. 2015.

JORDÃO, Marina Pacheco. Reflexões de um terapeuta sobre as atitudes básicas na relação Terapeuta-Cliente. In: ROSENBERG, Rachel Lea. **Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2001, p. 45-52.

LACERDA, Catarina Augusta; LACERDA, Milton Paulo de. Acompanhamento espiritual e psicoterapia: semelhanças e diferenças. In: **Revista de Espiritualidade Inaciana.** São Paulo: Loyola, dez. 2000, p. 67-69.

LOPES, Rosimeri Bruno. **Transferência e contratransferência**. **Site Psicologado**. Publicado em: dez. 2011. Disponível em: <http://psicologado.com/abordagens/psicanalise/transferencia-e-contratransferencia>. Acesso em: 13 mai. 2016.

LUKAS, Elisabeth. **Psicologia espiritual:** fontes de uma vida plena de sentido. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2006.

MACEDO, Danielle Soares de; FONSECA, Camila Mariana Mesquita; HOLANDA, Adriano Furtado. "Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância". Um estudo comparativo de aconselhamento religioso em três vertentes religiosas brasileiras. **Revista Abordagem Gestalt**, Goiânia, v. 13, n. 2, 2007. Disponível em:

ISSN 1806-549 X

MAY, Rollo. **A arte do aconselhamento psicológico**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MELGÃO, Bernardino António Grilo. **Dilemas no aconselhamento:** estudo de caracterização em psicólogos-padres e em psicólogos-diáconos. 2014. 143f. Tese (Doutorado em xx) – Universidade de Évora. Instituto de Investigação e Formação Avançada, Évora, Portugal, 2014. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/14563/13/Tese_FINAL.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

MORATO, Henriette Tognetti Penha. Abordagem centrada na pessoa: teoria ou atitude na relação de ajuda? In: ROSENBERG, Rachel Lea. **Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2001, p. 24-44.

MOREIRA, Virginia. Revisitando as fases da abordagem centrada na pessoa. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 4, p. 537-544, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n4/11.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2016.

OLIVEIRA, Karen Guedes; AQUINO, Thiago Antônio Avellar de. A logoterapia no contexto da psicologia da religião. **Interações – Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, v. 9, n. 16, p. 225-242, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.1983-2478.2014v9n16p225/7647>. Acesso em: 15 set. 2015.

OLIVEIRA, Mérlinton Pastor de. **Líderes Religiosos Cristãos e a Formação em Psicologia:** Os significados da busca pela formação em psicologia e seus efeitos na prática eclesiástica. 2010. 182f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2010.

PAIVA, Geraldo José de. Espiritualidade na psicologia e psicologia na espiritualidade. **Revista Magis, Cadernos de Fé e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 7-14, jul. 2005.

PATRÍCIO, Solange; SAMPAIO, Patrick. VIDEIRA, Jorge; CRIVELLA, Marcelo. Psicologia e Espiritualidade. **Site Ângela Lins: caminhos para o despertar**. Publicado em: 29 ago. 2011. Disponível em: <http://angelis.com/psicologia/index.php/2011/08/29/psicologia-e-espiritualidade>. Acesso em: 11 abr. 2012.

PEREIRA, Leidilene Cristina. **A interface entre o aconselhamento psicológico e o aconselhamento espiritual.** 2009. 171f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10391>. Acesso em: 21 abr. 2012.

PEREIRA, José Carlos. **Pastoral da Escuta:** por uma paróquia em permanente estado de missão. São Paulo: Paulus, 2013.

ISSN 1806-549 X

PESSINI, Leo. **Espiritualidade e arte de cuidar:** o sentido da fé para a saúde. São Paulo: Paulinas/Centro Universitário São Camilo, 2010.

PEZZUTO, Ligia Terezinha. **Serviço de escuta:** o que é e como implantá-lo. São Paulo: Ave-Maria, 2013.

PINTO, Ênio Brito. **Os padres em psicoterapia:** esclarecendo singularidades. Aparecida: Idéias & Letras, 2012.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Psicoterapia e consulta psicológica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANTOS, Francisco de Assis Souza dos. **É possível aliar a psicanálise ao aconselhamento religioso?** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teologia. Escola Superior de Teologia (EST) de São Leopoldo. São Leopoldo/RS, 2010. 97f. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=217>. Acesso em: 21 abr. 2012.

SANTOS, Manoel Antônio dos. A transferência na clínica psicanalítica: a abordagem freudiana. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 13-27, ago. 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

SATHLER-ROSA, Ronaldo. **Cuidado Pastoral em perspectiva histórica e existencial:** uma revisão crítica. São Paulo: Aste, 2013.

SCHEEFFER, Ruth. **Aconselhamento Psicológico:** teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1977.

_____. **Teorias de aconselhamento.** São Paulo: Atlas, 1986.

SCHIPANI, Daniel S. **O caminho da sabedoria no aconselhamento pastoral.** São Leopoldo: Sinodal, 2013.

SOMMERS-FLANAGAN, John; SOMMERS-FLANAGAN, Rita. **Teorias de Aconselhamento e de Psicoterapia:** Contexto e Prática. São Paulo: LTC, 2006.